



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**O NEGACIONISMO CLIMÁTICO NO ANTROPOCENO BRASILEIRO:  
AS POLÍTICAS DO TEMPO EM A *FARSA IANOMÂMI* (1995),  
A *MÁFIA VERDE* (2001) E *PSICOSE AMBIENTALISTA* (2012)**

João Pedro Garcez<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse trabalho analisa a forma como o tempo é performatizado em três fontes: *A Farsa Ianomâmi* (1995) de Carlos A. Menna Barreto, *A Máfia Verde* (2001) de Lorenzo Carrasco e *Psicose Ambientalista* (2012) de Dom Bertrand de Orleans e Bragança. Esses livros, embora tenham algumas divergências e representem segmentos políticos distintos (militares, ruralistas e monarquistas), compartilham uma estratégia discursiva para lidar com as mudanças climáticas: nos três livros, o “ambientalismo” é tido como uma arma geopolítica contra a soberania do Brasil sobre seu território, subsumindo, assim, as mudanças climáticas à uma geopolítica de guerra. A partir do argumento das fontes, refletimos sobre o negacionismo como resposta política à crise climática no presente, atentando a como, no caso brasileiro, essa resposta se articula com uma imaginação de futuro ao Brasil que não se difere estruturalmente da situação da colônia – isso quando a colonização não é abertamente defendida como projeto. Para isso, pensamos essa orientação a um passado colonial (passado-presente, diga-se) dentro do contexto de fechamento de futuro e crise da experiência moderna de tempo, entendendo o Antropoceno como um evento que não somente é um fator de ‘baixa’ do futuro, mas também um promotor de diferentes respostas à crise, instaurando uma espécie de conflito entre políticas do tempo e imagens de futuro.

**Palavras-chave:** Negacionismo climático, Antropoceno, políticas do tempo, Brasil.

## INTRODUÇÃO

O texto que segue é referente ao início de uma pesquisa que submeti ao processo seletivo de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (PPGH-UFRGS). Menciono tal circunstância pois tal texto é fruto de uma pesquisa muito preliminar e ainda estou tateando a temática e as fontes. Inclusive esse texto é a primeira oportunidade de sistematizar algumas ideias e de debater a pesquisa coletivamente.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: [garcez.joaop@gmail.com](mailto:garcez.joaop@gmail.com)



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Antes de tudo, gostaria de propor uma formulação do problema que anima essa pesquisa: *Se nosso presente poderia ser definido por uma "crise da ordem do tempo" (e talvez seria mais adequado falar em uma "ordem da crise"), na qual o Antropoceno é um dos principais fatores de 'baixa' do futuro, perguntamos: como o tempo é pensado a partir da proposição do Antropoceno? como as respostas políticas às mudanças climáticas conformam, também, políticas do tempo? quais políticas do tempo participam da disputa por um 'reordenamento do tempo' no Brasil?*

### **OS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA**

A partir dessa formulação do problema de pesquisa, queria chamar a atenção para alguns elementos e tecer breves comentários sobre cada um deles:

1) *O pressuposto de que nosso presente seria definido por uma "crise da ordem do tempo" (Hartog, 2013; Klein, 2008; Turin, 2019)*

Parto de um diagnóstico que o François Hartog fez acerca de uma "crise da ordem do tempo" que definiria nosso presente. No livro *Regimes de historicidade* (2013), Hartog fala da ordem do tempo como espécie de cadeia organizadora de múltiplas experiências sociais relativas ao tempo. Seu conceito de "regimes de historicidade" teria, justamente, o intuito de ajudar a apreender a "ordem do tempo" a partir da articulação entre as categorias de passado, presente e futuro. Assim ele pode falar, por exemplo, de um "regime de historicidade moderno", que, aos moldes dos estudos de Reinhart Koselleck, privilegiaria a categoria do futuro em detrimento das outras duas (e por isso o conceito de Progresso seria fundamental nela, justamente por marcar o transcorrer do tempo como um processo de aperfeiçoamento, de melhora).

Mas o que me interessa no diagnóstico do Hartog é ele dizer que no presente essa experiência moderna teria entrado em crise. Ele marca essa crise a partir da queda do muro de Berlin, em 1989, que seria também a derrocada final da utopia socialista (que, vejamos bem, também era uma experiência orientada para o futuro). E nesse cenário de "crise do tempo", Hartog levanta a hipótese de que viveríamos em um "regime de historicidade presentista", isto é, um regime que privilegiaria a categoria do presente.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Mas, para além do que escreve Hartog no livro, queria destacar como o que vivemos talvez seja mais uma “ordem da crise”, ou seja, viveríamos em uma ordem que utiliza a crise para manter seu poder. Tento sustentar essa ideia a partir de alguns estudos sobre o neoliberalismo, do qual destaco os livros *A doutrina do choque* (KLEIN, 2008) e *Tempos precários* (TURIN, 2019), que tratam, cada um à sua maneira, da crise como um elemento estrutural do neoliberalismo.

2) *A afirmação de que o Antropoceno é um dos fatores de ‘baixa’ do futuro* (Saldanha, 2018; Chakrabarty, 2013, 2018; Danowski e Viveiros de Castro, 2014)

O Antropoceno é o conceito criado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000) para afirmar que entraríamos em uma nova era geológica definida pelo impacto dos seres humanos no meio ambiente. O Antropoceno, assim, seria a era seguinte ao Holoceno, que teria sido uma era de estabilidade natural que teríamos vivido pelos últimos 11 mil anos.

Ao contrário da estabilidade do Holoceno, o Antropoceno seria marcado pela aceleração crescente das mudanças climáticas. E por “mudanças climáticas” estamos nos referindo a uma série de processos biofísicos que, conjuntamente ao aquecimento global, marcam esse período de transformações que vivemos: acidificação dos oceanos, esgotamento do ozônio estratosférico, uso de água doce, perda de biodiversidade, interferência nos ciclos globais de nitrogênio e fósforo, mudança no uso do solo, poluição química e taxa de aerossóis atmosféricos.

Nessa pesquisa, particularmente, falo do Antropoceno como um fator de ‘baixa’ do futuro (e por consequência do que estávamos chamando de uma temporalidade moderna) pois a partir dele o futuro não é mais encarado como o lugar do Progresso, mas sim como uma ameaça, como um lugar de escassez. Assim, podemos pensar, como fazem Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro em *Há mundo por vir?* (2014), em uma série de narrativas contemporâneas que figuram esse futuro de catástrofe ou futuro pós-apocalíptico: penso, por exemplo, em *Mad Max* com seu mundo desertificado e com a água e a gasolina sendo bens valiosíssimos – mas os exemplos desse tipo de figuração abundam na cultural contemporânea.



3) *A ideia de que as respostas políticas às mudanças climáticas também conformam “políticas do tempo” (Mudrovic, 2019), isto é, performam tempos que participam de uma disputa/partilha por sua “ordem” (ou reordenamento).*

Segundo Maria Inés Mudrovic (2019), a ideia de políticas do tempo precisa ser vista como uma ferramenta ou instrumento que não somente nos ajuda entender como certos atos linguísticos atuam no presente construindo e desconstruindo as articulações entre passado e futuro, mas que também nos permite questionar a experiência do presente como “naturalizada”.

Se de fato viveríamos em um momento marcado por uma “crise da ordem do tempo”, haveria, também, uma disputa por qual será a próxima “ordem”. Nesse sentido, há uma série de atores que participam dessa disputa – nós, historiadores e historiadoras, entre eles. No caso particular dessa pesquisa, quero fazer um recorte a partir dos discursos que mobilizam as mudanças climáticas como uma questão política no Brasil.

E a noção de “políticas do tempo” está ali para indicar, justamente, como o tempo não é algo “natural”, algo que está “dado”, que tem o mesmo significado para todas as pessoas em todo tipo de realidade cultural. O tempo é, também, um tipo de construção linguística, e, como indica a Mudrovic, essa construção do que é o “tempo” também tem uma série de implicações políticas.

## **A POLÍTICA COLONIZADORA DO NEGACIONISMO CLIMÁTICO**

Além desses fundamentos, também parto de um diagnóstico político que Bruno Latour fez em seu último livro, onde coloca o Antropoceno e o negacionismo climático no centro da política contemporânea. Acompanhemos a formulação de Latour:

E é aqui que entra em cena a hipótese de ficção política: essa ameaça [da catástrofe climática, anunciada desde os anos 1980] teria sido muito bem compreendido por certas elites – elites menos esclarecidas, talvez, contudo donas de muitos recursos e grandes interesses, e, acima de tudo, extremamente empenhadas na proteção de sua imensa fortuna e na manutenção de seu bem-estar.

Devemos supor que essas elites entenderam perfeitamente bem o recado; mas tal evidência, que se tornara cada vez mais incontestável com o passar dos anos, não as fez concluir que caberia a elas pagar, e caro, pela reviravolta da Terra sobre si mesma. Elas seriam, assim, esclarecidas o suficiente para captar o recado, mas não para compartilhá-lo publicamente.



# IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Ao invés disso, tais elites parecem ter chegado, a partir do aviso, a duas conclusões, que levaram à eleição do Ubu Rei para a Casa Branca: “Em primeiro lugar, sim, essa reviravolta vai custar bem caro, mas quem vai arcar com esse prejuízo são os outros, não nós; e, em segundo lugar, ainda que a verdade do Novo Regime Climático seja cada vez menos discutível, vamos negá-la até o fim”.

São essas duas decisões que permitem relacionar: 1) aquilo que, desde os anos 1980, chamamos de “desregulação” ou “desmantelamento do Estado-providência”; 2) aquilo que é conhecido desde os anos 2000 como “negacionismo climático”; e sobretudo 3) a extensão vertiginosa das desigualdades que testemunhamos há quarenta anos. (LATOURE, 2020, p. 22)

É interessante como o negacionismo (climático) aparece no argumento de Latour. Mais do que ser uma negação em sentido psicológico ou cognitivo, trata-se de um *negacionismo deliberado*, ou seja, a produção e promoção de um negacionismo na esfera pública é um modo de governo da crise. Essa tendência converge com a definição de Achille Mbembe da necropolítica como projeto central da soberania contemporânea, um projeto baseado na “instrumentalização generalizada da existência humana e [n]a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p. 125). Seu fortalecimento no presente não indica necessariamente uma reação, uma orientação para o passado, mas nos leva a pensar na sobrevivência de algumas dinâmicas coloniais no presente, bem como em sua ‘atualização’. Assim, o negacionismo (como discurso oficial) seria complementar à necropolítica (o modelo de governamentalidade). E haveria, dessa forma, uma aposta em um futuro que permitirá que os ‘mais capazes’ sobrevivam à catástrofe anunciada; mas serão só eles, pois os “outros” não tem lugar nesse cenário, a não ser como vida descartável, objetificada e passível de extermínio – porque, com a automação, mesmo sua força de trabalho é dispensável.

Se Bruno Latour coloca os Estados Unidos governados por Donald Trump como o primeiro governo inteiramente orientado pela questão ecológica – negativamente, pela rejeição -, ao adicionarmos o componente colonial na equação, fica óbvio que o negacionismo climático no Brasil toma outros contornos. Se o negacionismo trumpista pode apostar na sobrevivência dos “seus” a custo do extermínio dos “outros”, o negacionismo encampado no Brasil (pelo Executivo atual, p.ex.) não aparenta poder fazer a mesma aposta. De fato, se há uma dinâmica colonial nessa articulação entre negacionismo,



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



neoliberalismo/desregulamentação e explosão das desigualdades, talvez o negacionismo brasileiro seja complementar ao das *metrópoles*: enquanto este último aposta em uma forma de escapismo (*high tech*), baseado na exploração dos recursos das colônias (me refiro a megaprojetos de geoengenharia, a aposta na colonização do cosmos de Jeff Bezos e Elon Musk), o negacionismo nas “periferias globais” seria mobilizado por um tipo de dinâmica autofágica ou suicidária, apostando, justamente, em uma forma de atualização da colonização – por isso, argumento existir uma relação entre o futuro do negacionismo e a colonização

### **AS FONTES E ALGUMAS HIPÓTESES DA PESQUISA**

Como uma forma de testar os pressupostos da pesquisa que coloquei, estou atualmente criando um acervo relativo a esse “negacionismo climático no Brasil”. Parto, inicialmente, de três fontes:

1) *A Farsa Ianomâmi* (1995). Publicado em 1995 pela Biblioteca do Exército, é uma mistura de testemunho e memórias do coronel Carlos Menna Barreto, que entre as décadas de 1970 e 90 atuou na gestão pública na Amazônia e em Roraima, com a denúncia da “farsa ianomâmi”, isto é, a ação de um grande complô internacional (composto por ONGs, ambientalistas, padres comunistas, indígenas) para atacar a soberania brasileira e tomar para si a Amazônia, mobilizando, para isso, o “ambientalismo” e o discurso dos “direitos humanos”. Nesse sentido, para Menna Barreto, a demarcação da Terra Indígena Yanomami, em 1992, seria uma vitória desse complô – e, conseqüentemente, uma derrota para o Brasil.

2) *A Máfia Verde* (2001) de Lorenzo Carrasco e 3) *Psicose Ambientalista* (2012) de Dom Bertrand de Orleans e Bragança. No contexto da guerra travada por Bolsonaro contra os dados de desmatamento do INPE no início de 2019, os jornalistas Patrícia Campos Mello e André Trigueiro mencionaram os dois livros como a “bibliografia” do governo sobre questões ambientais. Embora os dois livros tenham algumas variações em seus argumentos (os inimigos principais de Carrasco, por exemplo, são a “oligarquia anglo-americana”, enquanto que o de Orleans e Bragança são os “comunistas travestidos de ecologistas”), encontramos um fundo comum: a afirmação que a “suposta crise ambiental, felizmente para a Terra e a Humanidade [...] simplesmente não existe” (CARRASCO, 2003, p. 5), e que tanto o debate feito em torno da ecologia, como o da proteção dos modos de vida indígenas, são meras armas geopolíticas de grupos interessados em retirar a soberania brasileira sobre suas riquezas



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



naturais e território – a Amazônia seria a área principal desses ataques. Esse fundamento dos argumentos dos dois livros também são encontrados em outras publicações relacionadas: cito, em particular, o acervo de produções da Executive Intelligence Review (EIR) e do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) no Brasil, ambos vinculados as organizações LaRouche – sob a liderança, no Brasil, de Lorenzo Carrasco; e os acervos do IPCO, dos boletins Sem Medo da Verdade (vinculado a organização Paz no Campo), Herdeiros do Porvir, e da Revista Catolicismo – todos ligados a figura do “príncipe imperial” Dom Bertrand de Orleans e Bragança. É interessante constatar, em uma primeira aproximação ao material dos grupos, a longevidade de suas iniciativas negacionistas: mesmo a *Eco-92*, tida como o “auge” de um ambientalismo que se consolidava, teve como ‘contraponto’ o evento *Eco-92 – Vozes Alternativas* (CORRÊA DE OLIVEIRA, 1992). Desde então, o combate ao ambientalismo é um continuum em ambos os grupos.

Além dos três livros recorrerem ao mesmo argumento – no qual o debate sobre as mudanças climáticas é subsumido à uma geopolítica de guerra entre nações -, se dissemos que o projeto do negacionismo climático em nosso presente apostaria em um futuro colonial, é interessante investigar como a experiência da colonização aparece nas fontes (como esse “passado” é “usado”). De antemão, cabe destacar que, em pelo menos duas das fontes que mencionamos, o elogio da colonização é bem recorrente. Haveria, inclusive, uma certa “mística da Amazônia” no “imaginário militar”, que entendem sua missão como próxima a dos colonizadores portugueses nos séculos XVII e XVIII, recorrendo, para isso, a uma série de elementos simbólicos (comemorações, emblemas, hinos) da colonização portuguesa (MARQUES, 2015, p. 40). Menna Barreto, nesse sentido, vê a “herança lusa” como algo a ser retomado no presente, como se a colonização se constituísse, justamente, em possibilidade de futuro (MENNA BARRETO, 1995, p. 135). Já no livro de Orleans e Bragança, a colonização e os “nossos antepassados portugueses” são bem vistos por terem feito o Brasil sincronizar-se ao progresso do “mundo civilizado”, processo que teve sua base no modelo da plantation e de exploração da natureza – algo que o autor afirma tendo como referência Plínio Corrêa de Oliveira (ORLEANS E BRAGANÇA, 2012, p. 105-110).

Por fim, queria ressaltar que penso as três fontes como “representativas” de grupos maiores, algo que também preciso testar a partir de um material maior. Militares, ruralistas e monarquistas seriam os três grupos. Na Biblioteca do Exército, por exemplo, encontramos



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



várias monografias que defendem teses semelhantes à de Menna Barreto - e o antropólogo Piero Leirner (1995), com pesquisas pioneiras entre os militares, fez um estudo sobre a “politização da questão amazônica” entre os militares, que mostra como a narrativa de Menna Barreto não é nada isolada entre os militares -, como também encontramos vários exemplares de *A Máfia Verde*. Me parece, assim, que o negacionismo climático funcionaria como um *hub*, um ponto de encontro, de algumas vertentes da Direita brasileira. Além disso, embora o Antropoceno coloque em xeque o regime moderno de historicidade, o negacionismo climático ainda parece mobilizar esse tempo, principalmente se entendermos a relação intrínseca entre Modernidade e Colonialidade – como, por décadas, vem sendo colocado pelo debate pós-colonial e decolonial.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

BRAGANÇA, Dom Bertrand de Orleans e. **Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã**. 2. ed. São Paulo: IPCO, 2012.

CARRASCO, Lorenzo. **A máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2001.

MENNA BARRETO, Carlos Alberto Lima. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

### Bibliografia de apoio

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. **Sopro – Panfleto Político Cultural**, 91: 2-22, 2013.

\_\_\_\_\_. Anthropocene time. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 5-32, 2018.





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



CAMPOS MELLO, Patrícia, Autor da bíblia de ruralistas critica ONGs estrangeiras na Amazônia e globalismo, **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/autor-da-biblia-de-ruralistas-critica-ongs-estrangeiras-na-amazonia-e-globalismo.shtml>. Acesso: 29/03/2021.

CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio. Eco'92: Aparência e Realidade Profunda, **Revista Catolicismo**, setembro. 92. Disponível em: <http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/5AC5EA6B-3048-313C-2EF7169F965C474F/mes/Setembro1992>. Acesso 29/03/2021.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23-23, 2002.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. Global change newsletter. **The Anthropocene**, v. 41, p. 17-18, 2000.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? - como se orientar politicamente no Antropoceno**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

LEIRNER, Piero de Camargo. O Exército e a questão amazônica. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 119-132, 1995. p. 119-120.

MARQUES, Adriana Aparecida. O Exército na Amazônia: construindo estratégias e mitos. **PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico**, v. 1, n. 2, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, 2016.

MUDROVIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?. **Rethinking History**, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019.

OSNOS, Evan. É o fim do mundo: como milionários americanos se preparam para o colapso da civilização. **Revista piauí**. ed. 127. abr, 2017.

SALDANHA, Rafael. **O fim do futuro | O tempo das metamorfoses - o que pode a filosofia?** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2018.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



TRIGUEIRO, André, Psicose antiambientalista de Bolsonaro, **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/07/29/psicose-antiambientalista-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso: 29/03/2021.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Zazie Edições, 2019.